

## EDITORIAL

O volume 26 da Revista Jurídica da FURB se inicia com uma seção dedicada a artigos científicos que comportam temas de relevância com aprofundamento teórico e prático. A segunda seção destina-se à publicação de resenhas. Na sequência, está a seção composta pelas produções em homenagem à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Kegel por seu enorme legado e contribuição acadêmica. Ao fim, o volume se encerra com resumos das dissertações de mestrado elaboradas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FURB no biênio 2020-2022.

A seção destinada aos artigos possui blocos temáticos. Na área de proteção de dados quatro artigos se destacam. O primeiro deles, de Larissa Dantas, Gernardes Andrade e Gabriele Kölling, analisa as repercussões jurídicas e éticas na ausência de legislação não discriminatória no campo das seguradoras. Na sequência, Rodrigo Saldanha e José de Oliveira fazem o paralelo entre a influência privatista da proteção de dados pessoais na Europa e os direitos de personalidade no Brasil. Adiante, Dennis Verbicaro e Vanessa Montão analisam a coleta, o tratamento e a destinação dos dados pessoais nas relações de consumo realizadas na internet e Daniela Ribeiro e Caio Itinose investigam a possibilidade de aplicação do controle de convencionalidade na proteção de dados pessoais pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Após, encontra-se o bloco cuja temática envolve constitucionalismo e democracia na América Latina, que se inicia com o estudo de Pedro Witschoreck, Bruna Obaldia e Fernando Hoffmam abordando as disputas políticas em torno do Poder Executivo e os Impeachments na América Latina como retorno dos projetos conservadores. Ainda, Felipe de la Flor e a professora italiana Fiammetta Bonfigli investigam o desenvolvimento da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as experiências de anistia latino-americanas e brasileira. Anderson Bosa e Rosana Maas abordam a evolução jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto à justiciabilidade direta do direito à saúde. Ao fim, o artigo de Bruna Obaldia, Cristiano Isaia e Higor Gasparetto investiga, sob uma perspectiva substancialista, a jurisdição constitucional em face de um constitucionalismo contemporâneo e o vínculo estabelecido entre direito e política nos países de modernidade tardia.

No bloco de direito ambiental estão presentes três investigações. Em primeiro está o artigo intitulado “Ruptura metabólica, crise ecológica e alimentar: A experiência agroecológica do MST na busca da soberania alimentar como paradigma anticapitalista” de Leura Riva, Clarissa

Guerra e Maria Beatriz da Silva. Depois, está o trabalho de Júlio Cesar de Souza, Pedro Brendolan e Rodrigo Cavalcanti que aborda a responsabilidade socioambiental e civil das instituições financeiras por atos lesivos ao meio ambiente. Por último, Felipe Moreira e Gessiel de Paiva descrevem e analisam a questão jurídica da exposição a ruídos no ambiente de trabalho por parte dos marinheiros fluviais em embarcações do tipo “chata”, que fazem navegação de cabotagem pela Lagoa dos Patos e pelo Rio dos Sinos, entre o Porto de Rio Grande e Porto Alegre.

O último bloco traz temáticas variadas e atuais, iniciando-se com o estudo de Ronny Machado e Thamires Pires acerca das normas que regulamentam a tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente e a possibilidade de estabilização de seus efeitos. Na sequência, Fabiana Marion Spengler e Theobaldo Spengler Neto tratam das diferenças e semelhanças entre a mediação comunitária e a mediação institucional no Brasil. Além disso, Anna Fadel e Yago Rodrigues escrutinam os aspectos que estruturam o fenômeno da Islamofobia enquanto processo discriminatório.

Nesta edição, destacamos a trajetória acadêmica e o legado de Patrícia Kegel, uma intelectual emblemática no campo do Desenvolvimento Regional e do Direito Internacional. Sua abordagem multidimensional, marcada pela análise crítica e perspectiva interdisciplinar inspirou uma geração de pesquisadores a abraçar a complexidade e interconexão dos desafios contemporâneos do desenvolvimento e do direito internacional. Os incentivos da saudosa professora foram essenciais para a sedimentação dos pilares do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da FURB.

O primeiro artigo, de Clóvis Reis e Anna Carolina Coirola, nos conduz a uma reflexão sobre a complexidade do desenvolvimento, ressaltando a importância da análise multidimensional e da coordenação estratégica do Estado. Os trabalhos orientados por Patrícia Kegel no PPGDR/FURB evidenciam a interseção entre o Direito e o Desenvolvimento Regional, destacando sua contribuição para o avanço do conhecimento nesse campo.

O segundo artigo, de Mahomed Amal, nos leva a uma análise do Direito Internacional Público, explorando temas como soberania estatal, integração regional e acordos internacionais. O acordo Mercosul e União Europeia é apresentado como um ponto crucial para compreender os desafios e dinâmicas do contexto internacional, reflexões que ecoam o pensamento de Kegel.

No terceiro artigo, somos convidados por Alejandro Arrabal, Feliciano Dias e Sandra Gonçalves a contemplar a generosidade e entusiasmos epistêmicos que caracterizaram a trajetória

de Patrícia Kegel. Seus estudos sobre as implicações das instituições jurídicas nas relações econômicas internacionais deixam um legado significativo, abrindo caminho para o aprimoramento dos estudos no século XXI.

Por fim, o quarto artigo, de Suelen Carls, nos lembra da importância da Propriedade Intelectual como elemento crucial para o desenvolvimento econômico e tecnológico. A análise crítica da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual nos desafia a pensar nas interseções entre política pública e sistema de Propriedade Intelectual, trazendo à tona os insights inspirados na abordagem de Kegel.

Encorajamos nossas leitoras e nossos leitores a se envolverem ativamente com o conteúdo desta edição, pois acreditamos na disseminação do conhecimento jurídico, sobretudo com o enriquecimento do debate acadêmico, como ferramenta para o aprimoramento contínuo de práticas legais e da aplicação da justiça.

Dr. Leonardo da Rocha de Souza  
*Editor*

Layra Linda Rego Pena  
Cássia Katarine Sant'Anna da Silva  
Clarice Aparecida Sopelsa Peter  
Stéphanie Luíse Pagel Scharf Mette  
*Editoras executivas*